7º SEMINÁRIO DA ABRI

12, 13 e 14 de Dezembro de 2024

Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Área Temática: Análise de Política Externa

A POLÍTICA EXTERNA CIVILIZACIONAL DA FEDERAÇÃO RUSSA

Gabriel Pessin Adam
ESPM/Unisinos

Resumo Expandido

Desde o primeiro mandato de Vladimir Putin para sua presidência, a Federação Russa questiona a supremacia dos Estados Unidos e seus aliados no sistema internacional. A defesa da multipolaridade no sistema internacional consta em todos os Conceitos de Política Externa da Federação Russa publicados desde o início do século XXI (2000; 2008; 2013; 2016 e 2023). No Conceito de Política Externa da Federação Russa 2013 pela primeira vez o governo russo fez menção à identidade civilizacional, como sendo, por um lado, o reverso da globalização, e por outro, o parâmetro de competição na política mundial (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2013). O último documento publicado relaciona a multipolaridade no sistema internacional com a emergência de novos centros de influência econômica e geopolítica, os quais possuiriam diferentes consciências nacionais, culturais e civilizacionais, em oposição ao modelo de desenvolvimento proveniente do Ocidente, o qual teria sido imposto ao mundo pelo processo de colonização (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2023).

O isolamento russo em função do conflito com a Ucrânia fortaleceu a posição russa de que a política mundial caminha para ser em alguma medida delineada por características civilizatórias passou a ser divulgada pelas lideranças russas (PUTIN, 2023; LAVROV, 2023) e debatida entre acadêmicos do país (TSYGANKOV, 2023; TIMOFEEV, 2023; MEZHUEV, 2022; DUTKIEWICZ, 2023). Tendo em vista tal cenário, a pergunta de pesquisa que guia o presente artigo é a seguinte: por quais motivos o governo russo tem defendido a concepção de que o sistema internacional caminha para uma política mundial delineada em termos civilizacionais? O objetivo geral é analisar as razões que levam a Federação Russa a sustentar que não somente a distribuição de poder no sistema internacional está se alterando, mas, mais profundamente, parte de suas estruturas também passa por profundas transformações. Os objetivos específicos são apresentar o conceito de civilização conforme concebido pela Federação Russa e cotejá-lo com outras concepções; contextualizar a conjuntura na qual Moscou desenvolveu o traço de sua política externa abordado; e delinear as ações russas empregadas no sentido de promover suas visões acerca do sistema internacional.

Quanto à metodologia, ela é qualitativa e explicativa. São utilizados com fontes autores e autoras russas, além de documentos oficiais publicados pela Federação Russa e discurso de autoridades como o Presidente Vladimir Putin e o Ministro de Relações Exteriores Sergei Lavrov. O método da análise crítica do discurso de Norman Fairclough (2016), é usado como base para a leitura dos documentos oficiais, dos discursos e demais manifestações das autoridades citadas.

Os resultados até aqui encontrados indicam que desde a década de 2010 a Rússia tem sofrido reveses nas suas relações com as potências ocidentais (Estados Unidos e União Europeia), o que se agravou em 2014, com a mudança do governo ucraniano, a qual foi seguida pela

anexação russa da Crimeia e as sanções impostas a Moscou, e atingiu seu ponto mais baixo com o início da guerra entre Rússia e Ucrânia em 2022. A postura de Washington e Bruxelas na última década acelerou em Moscou a compreensão de que a estrutura de poder da ordem internacional erigida após a II Guerra Mundial está sendo utilizada para lhe alijar do posto de grande potência com capacidade decisória efetiva, espaço que almeja ocupar. Ao defender o fator civilizacional como um dos fundamentos da polaridade mundial, a Rússia tenciona atrair países como China, Índia, Brasil e Irã, entre outros, para uma posição de questionamento da hegemonia desfrutada pelo que ela denomina de *Collective West*. Isto porque tal questionamento também implica em defender que as diferenças culturais e civilizacionais de todos os povos devem ser respeitadas e não serem eclipsadas e/ou modificadas a fim de se adaptarem à civilização ocidental. A recente ampliação da OCX e os BRICS Plus seriam exemplos de colocação em prática de aproximações entre países que representam diferentes civilizações e que possuem o interesse em aumentar sua parcela de poder no sistema internacional sem buscar o beneplácito do Ocidente.

Palavras-chave: Rússia – Civilização – Política Externa – Análise de Discurso

A Política Externa Civilizacional da Federação Russa

Desde o primeiro mandato de Vladimir Putin para sua presidência, a Federação Russa questiona a supremacia dos Estados Unidos e seus aliados no sistema internacional. A defesa da multipolaridade no sistema internacional consta em todos os Conceitos de Política Externa da Federação Russa publicados desde o início do século XXI. No Conceito de Política Externa da Federação Russa 2013 pela primeira vez o governo russo fez menção à identidade civilizacional, como sendo, por um lado, o reverso da globalização, e por outro, o parâmetro de competição na política mundial (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2013). O último documento publicado relaciona a multipolaridade no sistema internacional com a emergência de novos centros de influência econômica e geopolítica, os quais possuiriam diferentes consciências nacionais, culturais e civilizacionais, em oposição ao modelo de desenvolvimento proveniente do Ocidente, o qual teria sido imposto ao mundo pelo processo de colonização (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2023).

O isolamento russo em função do conflito com a Ucrânia fortaleceu a posição russa de que a política mundial caminha para ser em alguma medida delineada por características civilizatórias passou a ser divulgada pelas lideranças russas (PUTIN, 2023; LAVROV, 2023) e debatida entre acadêmicos do país (TSYGANKOV, 2023; TIMOFEEV, 2023; MEZHUEV, 2022; DUTKIEWICZ, 2023). Tendo em vista tal cenário, a pergunta de pesquisa que guia o presente artigo é a seguinte: por quais motivos o governo russo tem defendido a concepção de que o sistema internacional caminha para uma política mundial delineada em termos civilizacionais?

O objetivo geral é analisar as razões que levam a Federação Russa a sustentar que não somente a distribuição de poder no sistema internacional está se alterando, mas, mais profundamente, parte de suas estruturas também passa por profundas transformações. Os objetivos específicos são apresentar o conceito de civilização conforme concebido pela Federação Russa e cotejá-lo com outras concepções; contextualizar a conjuntura na qual Moscou desenvolveu o traço de sua política externa abordado; e delinear as ações russas empregadas no sentido de promover suas visões acerca do sistema internacional.

Quanto à metodologia, ela é qualitativa e explicativa. São utilizados com fontes autores e autoras russas, além de documentos oficiais publicados pela Federação Russa e discurso de autoridades como o Presidente Vladimir Putin e o Ministro de Relações Exteriores Sergei Lavrov. O método da análise crítica do discurso de Norman Fairclough (2016), é usado como base para a leitura dos documentos oficiais, dos discursos e demais manifestações das autoridades citadas. O artigo é dividido em quatro seções após a introdução. A primeira é voltada para um debate sobre as civilizações na política internacional. Após, é demonstrado como a Federação Russa tem introduzido o elemento civilizacional em sua concepção de política externa. A terceira seção aborda as relações entre Rússia, Estados Unidos e União

Europeia. A análise dos motivos da Federação Russa para trazer à tona o fator civilizacional das relações internacionais é a seção seguinte e antecede as considerações finais.

As Civilizações na Política Internacional

Nos séculos que antecederam a Paz de Westfalia e o posterior domínio da Europa sobre as outras regiões do mundo, o sistema tributário correspondia ao modo de organização da política internacional. As caraterísticas socioeconômicas entre os atores deste sistema eram variadas; suas organizações políticas variavam entre "castas, Estados no sentido europeu dos tempos feudais, grupos fechados, comunidades camponesas submetidas a um burocracia de Estado, etc." (AMIN, 2006, p. 42). Do ponto de vista das forças produtivas, havia exploração de trabalho escravo, mas algumas das sociedades mais relevantes do período, como China, índia e Egito, não faziam uso dessa prática (AMIN, 2006). Amin (2006) coloca China e Índia como as duas principais civilizações do sistema tributário, enquanto europeus, vietnamitas, o povo khmer, os coreanos comporiam a sua periferia. Os povos da Ásia Ocidental teriam sido centrais no apogeu do Egito, e depois teriam oscilado entre centralidade e marginalização no sistema.

A ascensão de poder dos povos europeus se deu a partir dos séculos XVI e XVII, ainda que a primazia na política mundial tenha se consolidado definitivamente no século XIX. Ferguson (2016), argumenta que os impérios estabeleceram sua dominação com base em seis sistemas de instituições, os quais carregavam ideias e comportamentos a eles associados; são eles a competição, a ciência, os direitos de propriedade, a medicina, a sociedade do consumo e a ética do trabalho. Amitav Acharya (2023) critica o eurocentrismo de Ferguson, alegando que o imperialismo e colonialismo são dois fatores que não podem ser esquecidos quando o debate se estabelece acerca do domínio da civilização ocidental, representada pelos seus países mais poderosos. A conquista imperial dos Estados ocidentais sobre outros povos e civilizações garantiu aos impérios ocidentais o controle de "aproximadamente três quintos de todo o território e população e quase três quartos da produção econômica mundial (FERGUSON, 2016, p. 29).

Se na época do sistema tributário o cenário era de convívio entre civilizações diversas, com suas próprias organizações políticas, sociais econômicas, sem que houvesse tentativas de imposição cultural por partes dos centros de poder a civilizações e sociedades menos poderosas, na ordem do sistema westfaliano europeu o quadro passou a ser outro. A ordem europeia carrega a ideia de que há Estados civilizados e não civilizados. Nesta concepção, "civilização" em si deixa de ser encarada um conjunto de atributos culturais, características organizacionais e práticas sociais que diferentes povos possuem, os quais divergem entre si e não ranqueados hierarquicamente, e passa a ser uma determinação valorativa baseada no fato de possuir ou não as características civilizacionais dos povos

ocidentais, mais especificamente dos europeus. Ou seja, são “civilizados” apenas os povos, as etnias, as sociedades ou os países que seguem os ditames da civilização europeia. Neste sentido, ser um Estado civilizado requer:

> a) Instituições básicas de governo e burocracia pública; b) capacidade organizacional de autodefesa; c) códigos legais publicados e aderência ao Estado de Direito; e d) reconhecimento de normas e leis internacionais, incluindo aquelas sobre a conduta nas guerras e relações diplomáticas. (ACHARYA, 2023, p. 285).

Acharya (2023) ainda menciona o conceito de soberania estatal oriunda de Westfalia e o Estado-nação enquanto organização política maior a quem os seus cidadãos devem prestar obediência como características básicas da civilização europeia. A certeza ocidental de que a sua civilização deve server de parâmetro para avaliar e eventualmente subjugar povos, Estados e civilizações outras adviria de sua convicção missionária de que ideias como a democracia e o liberalismo são valores universais (TSYGAKOV, 2023). Além da crença do universalismo intrínseco de sua própria cultura, os europeus demonstraram um espírito expansionista e padronizador, o que significou uma conquista de cada vez mais povos, aos quais eram impostos, ainda que em graus diversos, as instituições e os valores de sua civilização. Um mundo refletido a sua imagem e semelhança parecia ser meta europeia. Amitav Acharya (2023, p. 285) denominou este processo de “*standard of civilization*”.

Uma vez tendo substituído os países europeus como principal potência do sistema internacional ao longo da primeira metade do século XX, os Estados Unidos não promoveram alterações de fundo na padronização civilizacional iniciada pelos seus antecessores. Na prática, a mudança mais visível foi no modo de exercer sua dominação e impor sua cultura. Os Estados Unidos procuraram estabelecer hegemonia política e econômica via instituições multilaterais (como a ONU, o Banco Mundial e o FMI), e um domínio militar exercido mediante organizações de segurança coletiva por eles lideradas pelos Estados Unidos (como a OTAN, a OTASE e a ANZUS) e instalação de bases militares em países aliados em quase todos os continentes.

> Enquanto os europeus governavam por intermédio do imperialismo e do colonialismo, os Estados Unidos almejavam governar o mundo indiretamente, por intermédio de instituições multilaterais. No entanto, tais instituições foram criadas, é claro, e mantidas pelos Estados Unidos para servir aos seus próprios interesses, mas como uma potência liberal, os Estados Unidos argumentam que o que era do seu interesse era também do interesse do mundo inteiro (ACHARYA, 2023, p. 286).

A criação de organismos como a ONU e suas várias agências, órgãos e instituições, serviu para elevar a outro nível a projeção dos valores da civilização ocidental como sendo verdadeiramente universais. O caráter messiânico das potências imperiais europeias não despareceu, apenas modificou-se. Se no imperialismo europeu havia a missão civilizatória,

na Guerra Fria o combate ao comunismo e a defesa da liberdade passaram a ser a justificativa para o expansionismo político, diplomático e econômico os Estados Unidos (KIERNAN, 2009).

Com o final da Guerra Fria, os Estados Unidos se viram sem um adversário à altura no sistema internacional, o que lhes permitiu amplificar ainda mais os seu poder e controlar a agenda internacional. As organizações internacionais continuaram a ser um meio de propagação de seus interesses, como atestam a da coalizão formada junto à ONU para intervir no conflito entre Iraque e Kuwait, a imposição do Consenso de Washington, via FMI a países em desenvolvimento, e a expansão da OTAN para o leste da Europa.

No início dos anos 1990, a temática das civilizações ganhou destaque a partir de Samuel Huntington. De acordo com Huntington (2010), no mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não eram ideológicas, políticas ou econômicas, mas sim culturais. Para o autor, “a política local é a política da etnia e a política mundial é a política das civilizações. A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações” (HUNTINGTON, 2010, p. 24).

A definição de civilização para Huntington abrange vários aspectos. Segundo o autor, civilização e cultura se referem, ambas, ao estilo de vida em geral de um povo, as duas envolvem “os valores, as normas, as instituições e os modos de pensar aos quais sucessivas gerações numa determinada sociedade atribuíram uma importância fundamental (HUNTINGTON, 2010, p. 55). Outra característica das civilizações seria sua abrangência, posto que, via de regra, são maiores eu Estados, sendo comum que uma civilização contemple vários Estados. Pode haver diferentes etnias, nacionalidades e culturas que pertençam à entidade cultural mais ampla da civilização. Contudo, também há civilizações que correspondem a um Estados, sendo citados pelo autor o caso japonês (HUNTINGTON, 2010). Outras características mencionadas por Huntington são a perenidade, que não excluía a sua potencial mortalidade e o caráter evolutivo das civilizações (HUNTINGTON, 2010).

A fim de estabelecer um contraponto conceitual a Huntington, a definição de Ferguson de civilização é a que segue:

> Uma civilização é a maior unidade de organização humana, maior até que um império, embora mais amorfa. As civilizações são, em parte, uma resposta prática das populações humanas a seu meio – os desafios de se alimentar, se hidratar, se abrigar e se defender -, mas também são de caráter cultural; muitas vezes, ainda que nem sempre, religioso; muitas vezes, ainda que nem sempre, unidas por uma língua. (...) Uma civilização (...) pode persistir ao longo de uma série de economias e sociedades (FERGUSON, 2016, p. 27).

Sobre o debate em torno de civilizações, Andrei Tsygankov (2023) dividiu os pensadores contemporâneos que se debruçam sobre o tema civilizacional entre tradicionalistas e pós-coloniais. Os primeiros enxergam uma civilização como uma espécie de fortaleza com fronteiras culturais fechadas e que defende seus valores de invasões externas;

enquanto para os segundos as civilizações não são separadas por muros; seus valores mudam e seus membros são hábeis para conduzirem diálogos e aprenderem uns com os outros (TSYGANKOV, 2023). Tendo em vista os conceitos colacionados, Huntington e Ferguson pertenceriam ao primeiro grupo. Um exemplo de uma visão acerca de civilizações. Um exemplo do segundo grupo é fornecido por Amitav Acharya:

> Se um indivíduo voltar na história para os primeiros dias das civilizações e adotar uma perspectiva de longo, prazo, uma imagem muito diferente e mais complexa emerge sobre como as civilizações se relacionam umas com as outras. Ao fazer isto, o indivíduo possivelmente verificará encontros pacíficos, toca de ideia e inovações, aprendizado mútuo, hibridismo e síntese, e não apenas conflitos. Ao longo da história, civilizações aprenderam umas com as outras e frequentemente fizeram-no pacificamente, sem envolver conquistas e coerção (ACHARYA, 2023, p. 264).

A despeito da complexidade da visão de Amitav, foram as ideias de Huntington que pareceram prevalecer como razão explicativa dos acontecimentos da época. Isto porque logo no início do século XXI, após os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos lançaram a Guerra ao Terror, cujo mote explícito era o combate ao terrorismo, mas que tinha como interesse primordial aumentar o peso de Washington na Ásia Ocidental, a fim de controlar geopoliticamente a região e se imiscuir ainda mais na distribuição de petróleo na economia mundial. Do ponto de vista civilizacional, a Guerra ao Terror, indiretamente, contrapunha povos ocidentais e povos islâmicos, posicionando aqueles como os defensores dos bons valores da Humanidade, e estes como uma ameaça à paz e à estabilidade da política mundial. Era a nova versão do discurso de Ocidente x outra Civilização.

A defesa por parte dos Estados Unidos, enquanto representante-mor do Ocidente, de suas crenças e preceitos, declarados como universais, permanece vigente Se durante o hiperfoco da Guerra ao Terror, os inimigos principais eram Irã, Iraque e Coreia do Norte, componentes do “Eixo do Mal”, hoje Rússia e China são consideradas as ameaças mais perigosas a serem controladas e/ou combatidas, o que resta explicitado na *National Security Strategy* do Governo de Joe Biden (2021-2025), publicada em outubro de 2022.

No documento é mencionado que as leis e os princípios básicos que governam as relações entre os Estados, incluindo a Carta da ONU e a proteção que todo país possui de não ser invadido por seus vizinhos ou ter suas fronteiras redesenhadas pela força, estariam sob ataque, em clara alusão à narrativa ocidental da Guerra da Ucrânia. Mais amplamente, o sistema internacional como um todo estaria encarando uma disputa entre democracias e as autocracias. As primeiras, lideradas pelos Estados Unidos e seus aliados, apoiariam um mundo livre, aberto, próspero e seguro, no qual os direitos humanos universais prevaleceriam (THE WHITE HOUSE, 2022).

De acordo com Washington, as autocracias mais perigosas seriam China e Rússia, ainda que os riscos que cada uma representasse seja diverso. A China é apontada como a

única competidora com intenção de redesenhar a ordem internacional e potencial para fazê-lo, tendo em vista seu crescente poder econômico, diplomático, militar e tecnológico. Em relação ao país asiático é dito que ele e os Estados Unidos estão em uma competição acirrada, na qual Washington precisa manter uma vantagem duradoura (THE WHITE HOUSE, 2022).

No tocante à Rússia, o tom do discurso é mais intenso:

> Durante a última década, o governo russo optou por prosseguir uma política externa imperialista com o objetivo de derrubar elementos-chave da ordem internacional. Isto culminou em um invasão em grande escala da Ucrânia, numa tentativa de derrubar o seu governo e submetê-lo ao controle russo. Mas este ataque não surgiu do nada; foi precedido pela invasão da Rússia em 2014 da Ucrânia, a sua intervenção militar na Síria, os seus esforços de longa data para desestabilizar os seus vizinhos usando inteligência e capacidades cibernéticas, e suas tentativas flagrantes de minar processos democráticos em países da Europa, Ásia Central e em todo o mundo. A Rússia tem também interferiu descaradamente na política dos EUA e trabalhou para semear divisões entre os americanos (THE WHITE HOUSE, 2022, p. 25).

Em função de suas práticas malévolas, a “profundamente perigosa Rússia” deveria ser restringida em suas ações (THE WHITE HOUSE, 2022, p. 23). Os posicionamentos concernentes à Rússia expostos do documento referido, em sua essência, não diferem das doutrinas de segurança dos governos anteriores dos Estados Unidos. A estratégia discursiva que se repete é de colocar os Estados Unidos como principal defensor dos valores e princípios que regeriam a ordem internacional, que nada mais seriam do que aqueles oriundos da civilização ocidental, fardo que assume com “distinção e resignação” como efetivo líder do Ocidente. Do outro lado o inimigo representaria a negação de tudo que é defensável e honroso no sistema internacional, um ator que encarna o anti-ocidente por natureza (ou está sendo guiado por uma elite inescrupulosa para tal posição), e que por isto mesmo é uma ameaça à civilização ocidental e, consequentemente, à ordem, à paz e à estabilidade mundiais.

Moscou não permaneceu indiferente ao processo de vilanização que lhe foi dirigido. Nem poderia ser de outra forma, posto que desde os anos 1990, mesmo antes de ser colocada como uma das inimigas da ordem e da justiça, a Rússia observou uma série de movimentos políticos, econômicos, diplomáticos e securitários capitaneados pelos Estados Unidos contra si. Como será visto, o Kremlin, sob o comando de Vladimir Putin, procurou reagir (ou agir) aos desafios enfrentados na mesma esfera em que eles surgiam, sempre que isto era possível. Dentre as respostas lançadas por Moscou, merece atenção aquela de nível discursivo que diz respeito ao funcionamento da ordem internacional, a qual envolve um debate em torno do elemento civilizatório.

A Federação Russa e a Política Civilizacional

Os Conceitos de Política Externa da Federação Russa serão utilizados como base primeira para a compreensão acerca da visão do país sobre o sistema internacional e alguns de seus atores. Desde que Putin assumiu a Presidência da Rússia pela primeira vez, foram publicados documentos desta natureza nos anos de 2000, 2008, 2013, 2016 e 2023[1]. Duas percepções manifestadas pelo governo russo serão observadas nos documentos (e nas demais manifestações das autoridades): o peso do fator civilizacional na política internacional e as relações da Rússia com os Estados Unidos e a União Europeia.

O primeiro Conceito de Política Externa da Federação Russa em que o elemento civilizacional recebe destaque foi o publicado em 2013.

> Pela primeira vez na história, a competição global se estabelece em um nível civilizacional, no qual vários valores e modelos de desenvolvimento baseado em princípios universais de democracia e economia de mercado começam a se chocar e competir uns com os outros. A diversidade cultural e civilizacional do mundo começa a se manifestar mais e mais. O lado reverso do processo de globalização é a crescente ênfase na identidade civilizacional (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2013).

No concernente à hierarquização das civilizações, Moscou sustenta que “a imposição por parte de um ator de sua própria escala de valores provocaria o crescimento da xenofobia, da intolerância e das tensões nas relações internacionais, levando, ocasionalmente o caos à política mundial” (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2013). Em termos de sua própria caracterização, a Rússia se coloca como parte integral e inseparável da civilização europeia, o que a leva a manter laços civilizacionais profundos com as nações euro-atlânticas, ou seja, Estados Unidos, Canadá e países da Europa Ocidental (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2013).

No Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2016 a dimensão civilizacional foi mantida como um dos elementos centrais da descentralização da arena política, praticamente com as mesmas palavras do documento antecessor. Contudo, desta feita, a culpabilidade pela instabilidade internacional foi diretamente estabelecida:

> As tentativas realizadas pelas potências ocidentais de manter suas posições no mundo, incluindo a imposição de seus pontos de vista aos processos globais e conduzindo políticas para conter centros alternativos de poder, ocasiona uma maior instabilidade nas relações internacionais e crescente turbulência nos níveis global e regional. A luta pelo domínio para moldar os princípios-chave do futuro do sistema internacional se tornou uma tendencia central no estágio atual do desenvolvimento internacional (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2016).

A Rússia se apresenta no documento como um Estado multiétnico e multirreligioso, com um histórico de séculos de coexistência harmoniosa entre vários povos, étnicas e grupos

[1] Com a exceção de 2008, ano em que Dmitri Medvedev assumiu como Presidente do país, todos os demais foram editados em anos em que Vladimir Putin era o Presidente russo.

religiosos, o que a gabaritaria a facilitar diálogos e parcerias entre culturas, religiões e civilizações, inclusive dentro da ONU e de outras organizações regionais e internacionais (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2016). Ao fazê-lo, Moscou estabelece um contraponto entre sua postura e a das potências ocidentais.

A temática civilizacional assume centralidade inédita como meio de compreensão de tendências sistêmicas em andamento e da própria política externa russa no Conceito de Política Externa de 2023, Neste, a Rússia é posicionada como um dos centros de desenvolvimento do mundo moderno; ela seria um país-civilização único e uma potência Euro-Pacífica e Eurasiana (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2023). O documento acentua dois aspectos relacionados ao caráter civilizacional da Rússia que não foram evidenciados anteriormente. O primeiro é a necessidade de defesa não apenas do Estado e das fronteiras russas, mas da civilização russa e de sua identidade. O segundo, que se relaciona com o anterior, é a ideia de que tal civilização engloba os compatriotas pertencentes que vivem fora da Rússia e “outros povos pertencentes à comunidade cultural e civilizacional do mundo russo” (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2023). Ao mencionar em pelo menos dez passagens o elemento civilizacional no Conceito de Política Externa de 2023, o associando por vezes a si mesma e por vezes ao contexto global, Moscou evidencia que o tem como uma caraterística de sua atual política externa.

Em nenhum momento a Rússia determina em seus documentos oficiais o que seria uma civilização. Um indicativo da compreensão russa sobre civilização foi fornecido pelo próprio Vladimir Putin em sua participação anual junto ao *think tank* Valdai Discussion Club.

> Pensadores notáveis de todo o mundo que apoiam o conceito de uma abordagem baseada na civilização envolveram-se numa contemplação profunda do significado de “civilização” como conceito. É um fenômeno complexo composto de muitos componentes. Sem nos aprofundarmos muito na filosofia, o que pode não ser apropriado aqui, vamos tentar descrevê-la de forma pragmática, tal como se aplica aos desenvolvimentos atuais. As características essenciais de um Estado-civilização abrangem a diversidade e a auto-suficiência, que, creio, são duas componentes fundamentais. O mundo de hoje rejeita a uniformidade e cada Estado e sociedade esforça-se por desenvolver o seu próprio caminho de desenvolvimento, que está enraizado na cultura e nas tradições, e está impregnado de experiências geográficas e históricas, antigas e modernas, bem como dos valores defendidos pelo seu povo. Esta é uma síntese intrincada que dá origem a uma comunidade civilizacional distinta. A sua força e progresso dependem da sua diversidade e natureza multifacetada (PUTIN, 2023).

No concernente aos Estados Unidos e a União Europeia, ambos são mencionados já no Conceito de Política Externa de 2000. Neste documento, em um contexto anterior ao da Guerra ao Terror, quase todas as menções ao Ocidente são positivas e sinalizam a busca de cooperação entre Moscou e as potências ocidentais. Há ressalvas quanto à projeção de poder dos Estados Unidos, mas a União Europeia é mencionada como a prioridade de política externa da Federação Russa. As referências à OTAN são cautelosas, pois por um lado a

Rússia deixa clara sua contrariedade à expansão da organização, mas por outra sustenta que uma cooperação é possível desde que baseada no respeito aos interesses mútuos (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2000).

O monopólio de poder do Ocidente no Conceito de Política Externa de 2008 é considerado decadente, e um dos símbolos disto seria justamente as políticas de contenção direcionadas à Rússia pelas lideranças ocidentais. Quanto aos Estados Unidos, o posicionamento russo indica a possibilidade de arranjos mútuos baseados em pragmatismo e do fomento de uma balança de interesses, o que, uma vez obtido, permitiria estabilidade e previsibilidade nas relações russo-estadunidenses. A União Europeia ainda recebia tratamento positivo no documento, havendo a ambição russa de construir um sistema de segurança coletiva. Para tanto, Moscou defendia a construção de uma Europa realmente unificada, sem linhas divisórias, mediante uma relação equitativa entre Rússia, União Europeia e Estados Unidos. No tocante à OTAN, as críticas à sua expansão para Leste foram mantidas, movimento que poderia criar divisões no continente europeu, impedindo a colaboração almejada (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2008).

No Conceito de Política Externa de 2016, a União Europeia deixou de ser considerada como tendo laços civilizacionais com a Rússia e foi posta exclusivamente no campo dos países da aliança euro-atlântica. Inclusive, a expansão do bloco regional foi equiparada ao alargamento da OTAN como exemplos de atitudes que prejudicaram a estabilidade regional (da Europa) e global. A contenção russa por parte dos Estados Unidos e de seus aliados é indicada como causa para o fracasso da criação de um espaço comum proposto por Moscou de paz, estabilidade e segurança baseado nos princípios da segurança indivisível, cooperação igualitária e confiança mútua (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2016). O contexto da anexação da Crimeia pela Rússia e da guerra civil ucraniana, iniciada em 2014 já se fazia sentir no documento. Ainda assim, a Rússia entendia ser possível um alinhamento e harmonização de interesses entre os processos de integração europeu e eurasiano[2], o que evitaria a divisão do continente Europeu. No concernente aos Estados Unidos, a Federação Russa sustenta ser possível que entre ambos se estabeleça um diálogo conduzido em “pé de igualdade” e balizado na confiança mútua, no respeito pelos interesses de cada um e pela não interferência nos assuntos domésticos do outro (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2016).

Conforme se constata, desde o Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2000, as menções aos Estados Unidos foram se tornando cada vez mais duras, enquanto as referências à União Europeia sofreram importante inflexão, pois se nos documentos anteriores

[2] A ideia era uma aliança entre União Eurasiana e União Europeia que criasse uma zona de cooperação que fosse de Lisboa a Vladivostok.

uma parceria com o bloco era encarada como desejável e prioritária, em 2016 ela apenas é vista como possível se balizada em um pragmatismo estrito.

A vigência da guerra com a Ucrânia é parte essencial da conjuntura em que o Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2023 foi concebido. A denominação *Collective West*[3] é mencionada pela primeira vez neste tipo de documento oficial, grupo que é tratado como a maior ameaça à segurança russa e à paz internacional e que teria nos Estados Unidos o seu maior inspirador, organizador e executor. No tocante à União Europeia, Moscou claramente a insere no Ocidente Coletivo, posto que "a maioria dos Estados europeus mantém uma política agressiva contra a Rússia, voltada à criação de ameaças à segurança e a soberania da Federação Russa, ganhando vantagens econômicas unilaterais, minando a estabilidade política e erodindo os valores morais e a tradição moral russa" (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2023). A despeito do quadro posto, Moscou entende que é possível criar um novo modelo de coexistência com os Estados europeus, tendo em vista a proximidade geográfica e os laços econômicos, culturais e humanitários desenvolvidos entre as partes ao longo da história. O principal empecilho à formação de uma nova realidade positiva nas relações russo-europeias seria materializado nos Estados Unidos e seus aliados, os quais possuiriam a estratégia de criar linhas divisórias no continente europeu a fim de enfraquecer a competitividade das economias da Rússia e dos Estados Europeus, bem como limitar a soberania dos últimos, tendo em foco seu intuito de garantir a dominação global estadunidense (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2023).

Outro ponto que vale ser frisado no Conceito de Política Externa em questão é a defesa de que uma multipolaridade mais equitativa no sistema internacional estaria em construção, que envolve no argumento o elemento civilizacional. A desigualdade de um mundo liderado pelas potências colonialistas (ou seja, ocidentais), que nos últimos séculos subjugaram Ásia e África, estaria sendo deixada para trás à medida que as potências não-ocidentais e os países líderes regionais estariam se fortalecendo. O surgimento de novos centros de crescimento econômico e influência geopolítica estaria se acelerando, entre outros fatores, pela tomada de consciência nacional e cultural dos países não-ocidentais, e pela importância concedida à diversidade civilizacional (PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION, 2023). O desenho multipolar do sistema internacional era sustentado pela Federação Russa desde o Conceito de Política Externa de 2000, sempre tendo ela mesma como um polo de poder. Documento a documento, a composição dos centros de poder descrita passa a ser

[3] A Rússia tem utilizado o termo Ocidente Coletivo (*Collective West*) para se referir aos países do Ocidente que procuram estabelecer uma hegemonia no sistema internacional mediante intervenções militares, sanções econômicas e julgamentos baseados em seus valores e instituições (PUTIN, 2023, 2024, LAVROV, 2024). Ele será traduzido para Ocidente Coletivo.

constituída não apenas de Estados, mas também lideranças regionais, as quais podem, ou não, configura ou representar civilizações.

Como se observa, o posicionamento russo acerca do sistema internacional possui fatores que não se alteram, como a leitura acerca da multipolaridade; outros que se alteram acentuadamente, como a inserção do elemento civilizacional na política mundial e a visão sobre a União Europeia e seus países centrais, e ainda aspectos que foram se alterando paulatina e constantemente, como o aumento crescente da rivalidade com os Estados Unidos.

A análise crítica de discurso de Norman Fairclough é uma ferramenta metodológica funcional para compreender as manutenções e alterações de posicionamentos russos. De acordo com Fairclough (2016, p. 95), "o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado."

A relação entre o discurso e a estrutura social que o molda é dialética, posto que a construção do discurso sofre limitações provenientes da estrutura social, mas por outro, o discurso pode contribuir para transformar a estrutura (FAIRCLOUGH, 2016). Ao se aplicar a dialética nos discursos russos expostos, Moscou demonstra saber que a ordem internacional posta representa uma estrutura social que estabelece os parâmetros de como o país pode se movimentar em sua política externa, mas, ao mesmo tempo, há uma clara tentativa de remodelar parte da estrutura, alegando ser isto necessário porque há Estados civilizações com culturas próprias, as quais nem sempre estarão em pleno acordo com as práticas defendidas por quem se encontra na liderança da estrutura e a moldou em sua origem. Neste sentido, cabe citar questionamento suscitado por Sergei Lavrov:

> A insistência e mesmo a teimosia demonstradas pelo Ocidente em impor suas "regras" são impressionantes. (...) Ainda assim, foi também o Ocidente que cunhou o lema "liberdade, igualdade, fraternidade". Não sei se o termo 'fraternidade' é politicamente correto na Europa de hoje a partir de uma "perspectiva de gênero", mas não houve tentativas de usurpar a igualdade até agora. Como mencionado acima, enquanto pregando a igualdade e a democracia nos seus próprios países e exigindo que outros sigam o seu exemplo, o Ocidente recusa-se a discutir formas de garantir igualdade e democracia nos assuntos internacionais. Esta abordagem está claramente em desacordo com os ideais de liberdade. O véu da sua superioridade esconde a fraqueza e o medo de se envolver numa conversa franca não apenas os aliados ansiosos para entrar na linha, mas também com oponentes com crenças e valores diferentes, não os neoliberais ou neoconservadores, mas aqueles aprendidos no colo da mãe, herdados de muitas gerações, tradições e crenças passadas (LAVROV, 2021, p. 236).

O Ministro russo utiliza um dos motes mais caros à civilização ocidental, o lema da Revolução Francesa, tanto para questionar o uso que dele é feito na política internacional, quanto para abrir um debate sobre a real universalidade dos valores ocidentais. Lavrov sustenta no artigo citado, cujo título é "Sobre Leis, Direitos e Regras", que Washington e Bruxelas, sem qualquer falsa modéstia, de autodenominam "uma âncora para a democracia,

a paz e a segurança, em oposição ao autoritarismo em todas as suas formas", o que lhes permite criar regras de comportamento que impõem aos demais países que não pertencem ao seu núcleo ou não são seus aliados (LAVROV, 2021).

O poder de criar normas sociais é abordado por Fairclough, ao relacionar a análise crítica do discurso com o conceito de hegemonia de Gramsci. Fairclough (2016) sustenta que a prática discursiva, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta em torno da hegemonia, que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação das relações sociais assimétricas, o que se relaciona com a concepção dialética da relação entre estrutura e eventos discursivos.

Em alguma medida, ao questionar frequentemente as ações impositivas dos Estados Unidos e da União Europeia, o discurso russo pode ser considerado contra-hegemômico. A Rússia coloca o Ocidente como criador da ordem internacional e propagador de relações de poder assimétricas, que o beneficia em detrimento dela, Rússia, mas também de países oriundos da Ásia, da África e da América Latina. Em outras palavras, o Ocidente Coletivo tenciona manter sua hegemonia cultural a fim de sustentar sua dominação global, situação que deve ser combatida.

> O mundo é demasiado complicado e diversificado para ser sujeito a um sistema, mesmo que este seja apoiado pelo enorme poder do Ocidente acumulado ao longo de séculos pela sua política colonial. (...) A história do Ocidente é essencialmente a crónica de uma expansão sem fim. A influência ocidental no mundo é um imenso esquema de pirâmide militar e financeira que necessita constantemente de mais "combustível" para se sustentar, com recursos naturais, tecnológicos e humanos que pertencem a outros (PUTIN, 2023).

Fairclough (2016) propõe um esquema tridimensional para a análise crítica de discurso, composta pelo texto e por duas práticas, uma discursiva e outra social.

> A análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. A produção e o consumo são de natureza parcialmente sociocognitiva, já que envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual que são baseados nas estruturas e nas convenções interiorizadas (FAIRCLOUGH, 2016, p. 103, 104).

Portanto, para além do texto em si e de seus significados, é preciso ter em consideração como tal texto foi produzido e como foi pensado para ser consumido e por quem; e esta análise será tão mais precisa quanto mais for realizada uma contextualização das condições sociais em que ele foi produzido. No caso do objeto de estudo do presente artigo, a prática social envolve o cenário político, econômico, institucional e militar do sistema internacional.

Relações entre Rússia, Estados Unidos e União Europeia

O contexto de liderança da ordem global por parte dos Estados Unidos, e os efeitos disto no tratamento que dispensa aos demais países de acordo com perspectiva de serem seus aliados ou rivais já foi tratada na seção que debateu política mundial e civilizações. Assim, cumpre focar agora nas relações da Rússia com os Estados Unidos e com a União Europeia. Não será possível abordar os pormenores dos relacionamentos, razão pela qual alguns fatores principais que os pautam foram selecionados.

O tema central da atual fase do relacionamento russo com as potências ocidentais por óbvio é a guerra da Ucrânia, iniciada em 2022. O conflito é o fator culminante para o atual afastamento completo entre Moscou, Washington e Bruxelas, um cenário que vinha se desenhando desde 2014 (DUTKIEWICZ, 2023). Por sua vez, a crise de 2014, que culminou na anexação da Crimeia pela Rússia e na eclosão de uma guerra civil nas regiões ucranianas de Donetsk e Lugansk, já era um sintoma extremo da falha na construção de um cenário de segurança e estabilidade do continente europeu (SAKWA, 2018). Um dos argumentos centrais utilizados por Moscou pata justificar o início de sua “operação especial militar” na Ucrânia era a necessidade de respeitar o conceito de segurança indivisível, o qual

> Foi formulado da forma mais clara possível – aberta e inequivocamente – no sentido de que nenhuma nação reforçará a sua segurança à custa da segurança dos outros e que nenhum país, grupo de países ou organização será investido com a responsabilidade preeminente de manter a paz na região da OSCE, ou tratar qualquer parte da região da OSCE como sua esfera de influência (LAVROV, 2023, p. 108).

Em outros termos, a segurança europeia não pode ser construída tendo em vista apenas as projeções de segurança da União Europeia e da OTAN. Os interesses securitários russos igualmente devem ser respeitados, pois somente assim uma estrutura de segurança efetiva seria constituída no continente europeu. O desenrolar do conflito sedimentou a certeza entre os governantes e boa parte dos acadêmicos russos de que não há apenas um descaso por parte do Ocidente Coletivo preocupações securitárias. O que estaria em curso é um projeto das potências ocidentais de subjugar a Rússia mediante uma derrota militar, estando esta, em verdade, envolvida em uma *proxy war* com os países membros da OTAN (LAVROV, 2024, LUKYANOV, 2024, YIWEY; MINNONG, 2024). Neste cenário, enquanto a guerra na Ucrânia continuar, muito possivelmente as relações russas com Washington e Bruxelas em termos securitários não experimentarão melhora.

O avanço da OTAN para o leste europeu é um ponto fulcral das relações russas com Estados Unidos e União Europeia. Iniciadas ainda em 1990, as rodadas de alargamento da OTAN acabaram por levar a organização ocidental de segurança coletiva até as fronteiras russas. Cada ingresso de novos países na organização gerava em Moscou dois sentimentos, o primeiro de que sua integridade territorial e sua segurança vinham sendo crescentemente

ameaçadas, e o segundo de que a intenção de Washington era cercar e isolar a Rússia do resto do continente europeu (TSYGANKOV, 2019a). Não por outro motivo, a possibilidade de um futuro ingresso da Ucrânia na OTAN é um dos maiores temores da Rússia, o que se reflete na sua exigência de que futuras negociações de paz da guerra em curso envolvam a garantia de que Kiev nunca ingressará na organização ocidental. Ainda no aspecto securitário, a instalação de um sistema integrado de defesa antimísseis por parte dos Estados Unidos na Polônia e na Romênia entre 2016 e 2018 acentuou a percepção de cercamento e insegurança por parte de Moscou (SAKWA, 2018).

A imposição de sanções econômicas à Rússia é uma das decorrências das crises envolvendo a Ucrânia, tendo sido iniciadas ainda em 2014 e intensificadas após o começo da guerra, em 2022. As sanções impingidas são de natureza variada, procurando atingir diretamente a economia russa, pessoas ligadas à elite política russa e empresas relacionadas com o governo (smart sanctions) e sanções secundárias. Vários setores da economia russa foram afetados, como a construção de máquinas-ferramenta e a metalurgia, a indústria química, a eletrônica, a indústria de automação industrial, a ótica, a produção de equipamentos de navegação, a produção de baterias, a indústria aeroespacial, os setores de transportes e logística e o setor financeiro (TIMOFEEV, 2024). Ainda que os Estados Unidos sejam o maior sancionador da economia russa, a União Europeia, o Canadá, o Japão e a Austrália então entre os países que igualmente se destacam entre os promotores das séries de sanções a empresas e a pessoas originárias da Rússia (TIMOFEEV et al, 2024). A participação destacada da União Europeia nas sanções equivale no campo econômico ao que significam no quesito militar o financiamento e fornecimento de armamentos à Ucrãnia por parte do bloco regional.

Um aspecto relacionado ao elemento civilizacional que opõe, de um lado, o governo russo e do outro, os governos dos Estados Unidos e dos países mais poderosos da Europa Ocidental (Inglaterra, França e Alemanha) envolve regimes políticos e normas sociais comportamentais. Como mencionado acima, o governo Biden procurou estabelecer a dicotomia democracias x autocracias na política internacional. As críticas contundentes ao governo Putin na condução de sua política doméstica são contumazes e incomodam sobremaneira o Kremlin. Via de regra, a Rússia é vista pela Casa Branca como um perigoso sistema autocrático com raízes no modelo político soviético que oprime seus cidadãos e obstrui a globalização liderada pelos Estados Unidos, o que repercutia na mídia e na sociedade. “Como é comum nas narrativas etnocêntricas, a narrativa da autocracia neo-Soviética era baseada da imagem de uma Rússia inferior e de uma América superior” (TSYGANKOV, 2019b, p. 38). O Kremlin entende que o passo seguinte à construção de tal narrativa é a intervenção das potências ocidentais em sua política interna. Ressalte-se que os governos russos de Putin e Medvedev efetivamente possuem como características um

sistema de valores baseados no conservadorismo e em um Estado forte (TSYGANKOV, 2019), logo a crítica ocidental não é inteiramente desprovida de sentido. Contudo, o que incomoda Moscou é o desrespeito a sua cultura, a sua evolução autônoma como sociedade e as críticas que lhe são dirigidas por não concordar em se tornar uma cópia das sociedades europeias ocidentais.

Como se pode observar, o quadro das relações entre Rússia e potências ocidentais resta sobremaneira deteriorado. Ainda que Moscou continue identificando os Estados Unidos como o líder da tentativa do isolamento diplomático, do esgotamento econômico e da derrocada militar russas, a União Europeia não é encarada de semelhante modo hodiernemente.

Uma das alternativas para evitar o seu isolamento político e econômico almejado pelas potências ocidentais é favorecer o vetor oriental de sua política externa, o que significa, em primeiro lugar, fortalecer sua parceria com a China. Mas recentemente, a parceria militar com a Coreia do Norte (FONTE) e as tentativas de estreitar laços com a ASEAN (KOROLEV, 2024), revelam que não apenas Pequim faz parte da estratégia oriental russa. Outro modo de contornar as ações ocidentais adotado por Moscou é ampliar seus relacionamentos com o que denomina de Maioria Global (*Global Majority*), ou seja, os países da África, Ásia e Américas que não fazem parte dos aliados diretos de Estados Unidos e União Europeia (LAVROV, 2023, 2024; LUKYANOV, 2024; PUTIN, 2024)

Os Interesses Russos e o Elemento Civilizacional

A defesa por parte da Federação Russa do elemento civilizacional como um parâmetro a ser considerado nas relações internacionais restou demonstrado tanto nos seus documentos oficiais quanto nas manifestações de suas lideranças. Cabe debater alguns dos motivos que impulsionam a visão sustentada por Moscou.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que a questão identitária configura um debate permanente na Rússia já há alguns séculos e tem se manifestado com veemência no século XXI. Os Conceitos de Política Externa citados revelam a complexidade da autocompreensão russa. No primeiro documento tratado, o país era associado diretamente à civilização ocidental, posição que foi sendo alterada nos documentos seguintes para existência de uma unicidade civilizacional russa, distinta do Ocidente e da Europa, mas que também não se classifica como oriental. O tratamento recebido por parte das potências europeias na última década e a percepção de que o seu conservadorismo afasta a sociedade russa da evolução experimentada pelas sociedades da Europa Ocidental são fatores que dificultam a identificação cultural da Rússia com o Ocidente. De semelhante modo, dentre as mais populosas e perenes civilizações do sistema internacional, inexiste alguma com a qual uma aproximação imediata possa ser feita. Diante deste cenário, possivelmente a Federação

Russa continuará sustentando representar uma civilização singular, que não pode ser agregada a nenhuma outra, enquanto internamente diferentes grupos procurarão liderar a discussão acerca das características culturais e sociais do que venha a ser a civilização russa.

O segundo ponto a ser tratado é justamente a liberdade que Moscou entende ser gerada pelo fato de ser uma civilização única. Conforme mencionado, a Rússia teme intervenções externas em sua politica doméstica e em sua sociedade. Regime democrático, direitos humanos em geral, diversidade e liberdades civis são exemplos de temas que suscitam recorrentes críticas direcionadas à Rússia por parte dos países ocidentais. Ao alegar que sua cultura é distinta da ocidental e apontar o expansionismo cultural como uma forma de interferência indevida e arrogante em sociedades alheias, o Governo Putin espera conseguir diminuir as críticas e a pressão externa que sofre para se adequar a normas e práticas sociais que são aceitas e celebradas no Ocidente. Um ganho adicional relacionado a condutas sociais derivadas seria a atração de países do Leste Europeu que nem sempre coadunam com as práticas culturais da Europa Ocidental, como a Hungria, por exemplo.

Um terceiro fator que pode ser suscitado é a tentativa de contornar o isolamento que lhe é imposto por Estados Unidos, União Europeia e seus aliados no sistema internacional. À medida em que Washington e Bruxelas trabalhavam diplomática, política e economicamente para tornar a Rússia um país pária no sistema internacional, Moscou procurou fortalecer sua presença e seus laços em regiões do mundo como África, Ásia e, em menor medida, América Latina. No campo discursivo, como antes mencionado, a Rússia tem utilizado o conceito de Maioria Global para se referir aos países que não compõem o Ocidente Coletivo. Para além de ser uma questão numérica, ou seja, o bloco ocidental é poderoso, mas está em menor número no sistema internacional, há a questão de fazer alusão ao fato de que a minoria euro-atlântica explorou a maioria geográfica e culturalmente variada, o que está na raiz da realidade assimétrica da política mundial. Procurando fazer esquecer o seu passado colonialista, a Rússia se posiciona ao lado dos demais países historicamente explorados com o intuito de questionar a hegemonia estabelecida. O elemento civilizacional se relaciona com o argumento da Maioria Global, pois países como Índia, Irã, Turquia, Egito, Indonésia, entre outros, também podem ser considerados Estados-civilizações e, como tais, não devem ser forçados a se moldarem culturalmente ao que o Ocidente propaga como o único caminho civilizatório. Do ponto de vista prático, a recente ampliação dos BRICS, as novas adesões à Operação da Cooperação de Xangai e a intensificação das relações russas com países africanos são movimentos da política externa russa que vão ao encontro do seu discurso da Maioria Global.

Um quarto aspecto do discurso civilizacional é a defesa do povo russo em diáspora, levantada no Conceito de Politica Externa de 2023. Situação remanescente do passado do Império Russo e da União Soviética, há milhares de russos étnicos residindo em países vizinhos. Quando Moscou avoca para si a responsabilidade de proteger os russos, onde quer

que estejam, ela cria uma justificativa interna para que tal defesa venha a se concretizar, o que pode implicar em apoio político, acolhimento e, no limite, intervenções militares. A guerra civil da Ucrânia iniciada em 2014 ilustra tal ponto, posto que o apoio russo aos separatistas do leste ucraniano era baseado, primordialmente, no fato de serem russos expostos a violações de direitos por parte de Kiev.

Considerações Finais

O elemento civilizacional está sendo introduzido pela Federação Russa em seus documentos oficiais e por especialistas russos em relações internacionais (TSYGANKOV, 2023; TIMOFEEV, 2023; MEZHUEV, 2022; DUTKIEWICZ, 2023) como tema de debate na política internacional. Outros conceitos igualmente estão sendo articulados pelos mesmos agentes, tais como Ocidente Coletivo e Maioria Global. Conforme demonstrado, os motivos russos para tanto não se resumem a aspectos discursivos ou teóricos. A Rússia possui razões políticas e estratégicas bastante concretas que a levam a questionar a hegemonia ocidental no sistema internacional. Aliás, além de questões discursivas, há ações russas que também podem ser consideradas contra-hegemônicas, como as negociações no sentido de diminuir o peso do dólar no comércio internacional, os projetos de construção de gasodutos e oleodutos que não desaguam na Europa e a criação de modais de transporte que integrem a Eurásia, por exemplo. Pode ser igualmente citados os avanços em armamentos nucleares por parte de Moscou, ato que pode não ser considerado contra-hegemônico, mas é oposto aos interesses dos Estados Unidos e da OTAN.

Cumpre voltar para o debate proposto no presente artigo, cujo fulcro é a inserção do elemento civilizacional nos discursos russos. Ao se aplicar a análise crítica do discurso, tem-se que a prática discursiva russa almeja contestar a histórica imposição cultural do Ocidente nas normas, procedimentos e condutas da política mundial. Os canais utilizados por Moscou para propagar suas ideias tem sido os documentos oficiais do país, bem como os discursos, entrevistas e artigos de suas principais lideranças. Portanto, em termos de prática discursiva o governo russo tem utilizado canais públicos para exposição de suas visões e, na medida em que não pode controlar como tais discursos serão recebidos, seus líderes retomam e explicam os conceitos defendidos recorrentemente. Segundo Fairclough (2016), a dialética o discurso relaciona a estrutura e o texto em processos de influência mútua. A análise do cenário internacional e como a Rússia está nele inserida fornece luzes claras sobre a sua necessidade de responder a um processo de cercamento e insulamento constante que sofre. A defesa da necessidade de se construir um mundo multipolar baseado em diferentes civilizações, cujas características particulares serão respeitadas e não atacadas se torna, então, compreensível.

A questão que é preciso discutir, e aqui não há espaço para tanto, é a outra via da prática social, a do discurso impactando a estrutura. A despeito de seu passado soviético, hoje

a Rússia não é um ator poderoso o suficiente para que seus conceitos e leituras de como a ordem internacional deve se configurar sejam a base de uma alteração na hegemonia discursiva, institucional e política. Para tanto, será necessária a adesão e até mesmo a liderança de outros atores de igual ou superior peso, como a China. Neste sentido, vale encerrar destacando a *Global Civilization Initiative*, lançada por XI Jinping em 2023, que "advoga o respeito a diferentes modelos de desenvolvimento explorados por diferentes civilizações (WEI, 2023).

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. Before the Nation-State: Civilizations, World Orders, and the Origins of Global International Relations. The Chinese Journal of International Politics, 2023, 16, 263-288.

AMIN, Samir. **Os Desafios da Mundialização**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

DUTKIEWICZ, Piotr. **The Grand Split**: A Short Guide to the Creation of the New International Order. Moscow: Russia in Global Affairs vol. 21, nº 1, January-march, 2023b, p. 92-110.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da UNB, 2019.

FERGUSON, Niall. **Civilização:** Ocidente x Oriente. São Paulo: Planeta, 2016.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LAVROV, Sergei V. **Genuine Multilateralism and Diplomacy vs the "Rules-Based Order**. Moscow: Russia in Global Affairs vol. 21, nº 3, july-september, 2023, p. 104-113.

LAVROV, Sergei V. **On Law, Rights and Rules**. Moscow: Russia in Global Affairs vol. 19, nº 3, july-september, 2023, p. 228-240.

LAVROV, Sergei V. **The UN Must Recover Its Central Role in Coordinating Actions by Nations**. Moscow: Russia in Global Affairs, 2024.

LUKYANOV, Fyodor A. **Out of Order**. Moscow: Russia in Global Affairs vol. 22, nº 4, October-december, 2024, p. 05-08.

MEZHUEV, Boris V. **Civilizational Indifference**: Can Russia Keep Up Cultural Distancing in Relations with Europe? Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 20, n° 4, October-December, 2022, p. 10-27.

PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION. **Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation 2000**. Moscow: 2000.

PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION. Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation 2008. Moscow: 2008.

PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION. **Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation 2013**. Moscow: 2013.

PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION. **Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation 2016**. Moscow: 2016.

PRESIDENT OF RUSSIAN FEDERATION. **Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation 2023**. Moscow: 2023.

PUTIN, Vladimir. **Vladimir Putin Meets with Members of the Valdai Discussion Club**. Transcript of the Plenary Session of the 20th Annual Meeting. Moscow: Valdai Discussion Club, 2023. Disponível em: https://valdaiclub.com/events/posts/articles/vladimir-putin-meets-with-members-of-the-valdai-club-transcript-2023/?sphrase_id=1675588. Último acesso em 20/11/2023.

PUTIN, Vladimir**. Vladimir Putin Meets with Members of the Valdai Discussion Club**. Transcript of the Plenary Session of the 20th Annual Meeting. Moscow: Valdai Discussion Club, 2024. Disponível em: https://valdaiclub.com/events/posts/articles/vladimir-putin-meets-with-members-of-the-valdai-club-transcript-2023/?sphrase_id=1675588. Último acesso em 20/11/2024.

SAKWA, Richard. **Russia Against the Rest**: The Post-Cold War Crisis of World Order. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, 2022.

TIMOFEEV, Ivan. **New Sanctions Against Russia:** Why Their Impact Won't Be Fundamental. Valdai Discussion Club, 2024. Disponível em> https://valdaiclub.com/a/highlights/new-sanctions-against-russia-taking-a-swing/, Último acesso em: 20/11/2024.

TIMOFEEV, Ivan. **Russia´s Path to the "World Majority**". Moscow: Valdai International Discussion Club, 2023. Disponível em: https://valdaiclub.com/a/highlights/russia-s-path-to-the-world-majority/. Último acesso em: 23.04.2023.

TIMOFEEV, Ivan N.; ARAPOVA, Ekaterina Y; NIKITINA, Yulia A. **The Illusion of "Smart" Sanctions**: The Russian Case. Moscow: Russia in Global Affairs vol. 22, nº 3, April-June, 2024, p. 156-178.

TSYGANKOV, Andrei P. **Irreplaceable Russia**: Fortresses and Bridges of the "Russian Idea". Moscow: Russia in Global Affairs vol. 21, nº 4, October-december, 2023, p. 66-76.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia and America**. The Asymmetric Rivalry. Medford: Polity Press, 2019a.

TSYGANKOV, Andrei P. **The Dark Trouble:** US Media, Russia and the Politics of Values. New York: Oxford University Press, 2019b.

WEI, Song. **Promoting Independent Development**: China´s Governance Assistance to Africa under the Global Civilization Initiative. Beijing: China International Studies, July-August, 2023, p. 112-138.